

Empresários apresentam proposta para recriar CPMF

Eles dizem que o tributo permitiria a desoneração permanente da folha de pagamento

DE SÃO PAULO

Um grupo de empresários – que reúne donos da Riachuelo, Madero, Centauro e Pernambucanas, entre outras companhias nacionais – apresentou ontem, em Brasília, três Propostas de Emenda à Constituição (PEC) relacionadas ao ambiente de negócios no País. As sugestões de mudança na legislação incluem a desoneração permanente da folha de pagamento por meio da criação de um tributo similar à CPMF.

As propostas foram apresentadas em um seminário promovido pelo Instituto Unidos Brasil (IUB). O evento contou com a presença de representantes do Congresso, principalmente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) e de empresários como Flávio Rocha, dono da Riachuelo.

O presidente do IUB, Nabil Sahyoun, defendeu a eleição de parlamentares que lutem pela liberdade econômica. “Estamos em um ano político muito importante. Nós temos a responsabilidade de mostrar a importância do voto”, declarou. Presidente da FPE, o deputado Marco Bertaiolli (PSD-MG) disse que a bancada vai analisar as sugestões e tomar uma posição.

A PEC da desoneração



CPMF incidia sobre as transações bancárias e teve início nos anos 90

dos impostos sobre a folha de pagamento prevê que essa medida seja permanente e se estenda a todos os setores da economia. Atualmente, 17 setores estão isentos temporariamente de pagar esses tributos. Para compensar a perda de arrecadação do Governo, seria recria-

da a Contribuição Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira, antiga CPMF.

Outra PEC, das agências reguladoras e batizada de “peso e contrapeso”, tem o objetivo de descentralizar a atuação desses órgãos. Ho-

HISTÓRICO

A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do Governo Federal com projetos de saúde – a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação. Em 2015, a União, então sob comando da presidente Dilma Rousseff, chegou a propor a volta do tributo, mas isso acabou não acontecendo pela resistência que o tema tem no Congresso.

je, as agências normatizam, supervisionam e fiscalizam diferentes setores de atividade.

Os empresários propõem a criação de um conselho vinculado aos ministérios e secretarias, que ficaria responsável pela atividade normativa. Esse conselho seria composto por representantes de ministérios, agências, setores regulados da atividade econômica, academia e consumidores.

A terceira proposta de PEC, da liberdade econômica, colocaria na Constituição Federal um arcabouço para respaldar medidas provisórias (MPs) do tema que já estão em vigor, mas vêm sofrendo questionamentos jurídicos. (Estadão Conteúdo)